

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS CEZAR DE REZENDE

O DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE REGIONAL (2014-2020)

CURITIBA

2021



MARCOS CEZAR DE REZENDE

O DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE REGIONAL (2014-2020)

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Angela Welters

CURITIBA

2021

A ficha catalográfica é obrigatória para as teses (doutorado e livre docência) e as dissertações (mestrado) defendidas na UFPR, sendo oferecida gratuitamente nas bibliotecas do SiBi/UFPR.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCOS CEZAR DE REZENDE

O DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL (2014-2020)

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Prof^a. Dr^a. Prof(a). Angela Welters
Orientador(a) – Departamento Economia, UFPR

Prof. Dr. Fabiano Abranches da Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 09 de dezembro de 2021

Dedico este trabalho a todo jovem que batalha diariamente para conquistar seus objetivos mesmo em meio a grandes obstáculos.

Em memória de meu falecido pai e avós, que não puderam acompanhar esse grande momento em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que acima de tudo, me permitiu ter o privilégio de estudar nesta universidade, e me deu forças nos momentos de maiores dificuldades desde o início da trajetória.

Agradeço também a minha família, em especial a minha mãe Maria e minha irmã Michele, que foram essenciais nas conversas e apoios prestados, e aos incentivos de cada noite ao chegar em casa.

Sou grato também a minha orientadora Prof.^a Dra. Ângela Welters, por toda sua disposição, prontidão e prestatividade em responder às dúvidas, e me direcionar sempre ao caminho da busca pela excelência nesse trabalho.

Também agradeço aos meus colegas de turma, e às amizades que aqui formei durante a graduação, por todas as horas de estudos na biblioteca e na cantina, onde compartilhamos bons momentos de aprendizado e divertimento.

A persistência é o caminho do êxito.
(Charles Chaplin)

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de mapear a evolução do desemprego dos jovens entre 18 e 24 anos de idade no Brasil, em sua fase de transição para a vida adulta, e nas grandes regiões do Brasil, bem como identificar e descrever as suas principais dificuldades ao enfrentar os desafios de inserção no mercado de trabalho durante sua juventude. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios Contínua, trimestralmente, referente ao período que corresponde ao quarto trimestre do ano de 2014, onde se inicia a grande recessão no desemprego, até o primeiro trimestre do ano de 2020, período que antecede a pandemia no Brasil. A partir da análise de dados pode-se perceber as disparidades nas distribuições das taxas de desocupação, combinada com subocupação e participação na força de trabalho dos jovens nas regiões do Brasil. As exigências do mercado de trabalho, o problema crônico do desemprego, juntamente com a alta competitividade, são os grandes desafios dos jovens brasileiros. Enfim, por meio do estudo realizado foi possível confirmar que o comportamento do desemprego dos jovens não é homogêneo quando analisado regionalmente, e comparado as demais faixas de idade.

Palavras-chave: Desemprego. Jovens. Desocupação. Regionalismo.

ABSTRACT

This study aimed to map the evolution of unemployment among young people between 18 and 24 years of age in Brazil, in their transition to adulthood, and in the large regions of Brazil, as well as to identify and describe their main difficulties to face the challenges of entering the labor market during their youth. For this purpose, bibliographic research was used as a data collection method, as well as data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics made available by the Continuous National Sample and Household Survey, quarterly, for the period corresponding to the fourth quarter of 2014, where the great recession in unemployment begins, until the first quarter of the year 2020, the period that precedes the pandemic in Brazil. From the data analysis one can see disparities in the distribution of unemployment rates, combined with underemployment and participation in the workforce of young people in the regions of Brazil. The demands of the labor market, the chronic problem of unemployment, together with high competitiveness, are the great challenges facing Brazilian youth. Finally, through the study carried out, it was possible to confirm that the behavior of unemployment among young people is not homogeneous when analyzed regionally and compared to other age groups.

Keywords: Unemployment. Young. Eviction. Regionalism.

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Taxa de desocupação trimestral, da população de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados (%): Brasil (2014-2020)..... 23
- GRÁFICO 2 – Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados (%): Brasil (2014-2020) 24
- GRÁFICO 3 – Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados. Brasil: (2014-2020) (%) 25
- GRÁFICO 4 – Taxa de desocupação trimestral, da população entre 18 e 24 anos, segundo regiões do Brasil (2014-2020) 26
- GRÁFICO 5 – Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%), na semana de referência, das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade, segundo grandes regiões do Brasil. (2014-2020) 29
- GRÁFICO 6 – Taxa de participação das pessoas de 18 a 24 anos de idade, segundo grandes regiões do Brasil, 2014-2020 31

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 – Conceito de desemprego..... 17

TABELA 1 – Pessoas de 18 a 24 anos de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) (2014-2020).....28

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PEA	- População Economicamente Ativa
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIA	- População em Idade para Trabalhar
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
PNJ	- Política Nacional de Juventude
PIB	- Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE	16
2.1	SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE.....	18
2.2	A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ALGUNS APONTAMENTOS.....	19
3.	MERCADO DE TRABALHO: JOVENS E DESOCUPAÇÃO	23
3.1	A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NAS REGIÕES BRASILEIRAS .	25
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXO A – TABELAS 4094 DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (MIL PESSOAS)	39
	ANEXO B – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)	40
	ANEXO C – TAXA DE DESOCUPAÇÃO TRIMESTRAL, DA POPULAÇÃO ENTRE 18 E 24 ANOS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL (2014-2020).....	41
	ANEXO D – TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO E DE SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS (%), NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 18 A 24 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO BRASIL.(2014-2020)	42

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o desemprego é um fenômeno que afeta milhões de pessoas no mundo, atingindo principalmente a população mais jovem. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2019, a taxa de desemprego da população juvenil era de 13,6 pontos percentuais, sendo maior do que a de qualquer outro grupo de idade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, no Brasil, as taxas de desocupações da população mais jovem se encontravam acima do nível nacional em 2019, onde a taxa dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, atingiu 23,2%, estando 12,1 pontos percentuais acima da taxa do país.

Mesmo antes do início da pandemia o país já se encontrava em uma situação de elevados níveis de desemprego em todas as regiões, onde após um período em que o desemprego vinha sendo reduzido, a partir do fim de 2014, no decorrer de 2015 as taxas de desocupação apresentaram uma clara inflexão em seu comportamento, indicando algumas tendências negativas como aumento do desemprego e do subemprego. Com a forte recessão econômica ocorrida entre 2015 e 2016, ocorreu um processo de deterioração no mercado de trabalho brasileiro, atingindo com maior impacto a população mais vulnerável da força de trabalho (jovens, negros e mulheres). E ainda que brevemente o desemprego tenha levemente recuado entre 2017 e 2018, mesmo com a iniciativa da reforma trabalhista, o país permaneceu com elevados níveis de desemprego.

Com a pandemia, o desemprego entre os jovens saltou para uma taxa de 30,6% no terceiro trimestre de 2020, onde segundo alguns dados da PNAD Contínua trimestral, o Brasil ultrapassou a marca de 14 milhões de desempregados, encerrando o ano com as pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos de idade representando 29% da população desocupada.

O desemprego dos jovens não é um fenômeno recente, mas ainda assim é um tema que vem crescendo de importância nos últimos anos, com a falta de emprego sendo vista por muitos como um grave problema social, possuindo as mais variáveis e diversas causas. Com isto, em um país em que a desigualdade social se faz presente, como no caso do Brasil, ela tem impactado diretamente na situação atual dos jovens brasileiros, levando-os a uma situação de vulnerabilidade social, fazendo com que eles possam estar cada vez mais expostos à pobreza. Além do

desemprego, a precariedade dos vínculos de trabalho é outra característica do mercado de trabalho no Brasil.

O grupo dos jovens encontra um mercado de trabalho cada vez mais exigente e conseqüentemente com maiores dificuldades de garantir novas oportunidades. Assim, além do desemprego de longa duração que leva muitos brasileiros a deixar de procurar trabalho, ficando fora das estatísticas do desemprego, observa-se no Brasil um percentual elevado de pessoas subocupadas e desalentadas, ou ainda, fora da força de trabalho.

Diante dessas considerações, o trabalho tem como objetivo mapear a evolução do desemprego entre os jovens de 18 anos, idade prevista para se estar com o ensino médio concluído, até os seus 24 anos de idade, onde se inicia o período de transição para a vida adulta, que é algo muito diversificado entre os jovens brasileiros, que possuem distintas realidades familiares e sociais. O período escolhido para o estudo, se refere a partir do 4º trimestre de 2014, onde o índice de desemprego começou a crescer de forma elevada, até o primeiro trimestre de 2020 (período que antecede a pandemia da Covid-19 no Brasil), demonstrando que esse problema já era existente e relevante antes do agravamento causado pela pandemia. Além disso, pretende-se compreender melhor os problemas da inserção dos jovens no mercado de trabalho, analisando os diferenciais das taxas de desemprego juvenis, assim como a taxa de participação dos jovens, e suas distribuições entre as regiões do Brasil.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais duas seções, onde a primeira busca apresentar algumas definições conceituais sobre o mercado de trabalho e a juventude, apresentando um pouco do conceito que define juventude, e um breve estudo das dificuldades encontradas pelos jovens em sua inserção no mercado de trabalho. Em sua segunda parte, o trabalho apresenta o comportamento dos níveis de desemprego dos jovens nos últimos anos em cada região do país, identificando possíveis disparidades dentro desse período de elevados níveis de desemprego.

2. MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE

A fim de possibilitar o estudo da situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, assim como, para entender a estruturação deste mercado, foi feita uma breve exposição sobre alguns conceitos chave e classificações, que são importantes para a compreensão das informações estatísticas utilizadas neste trabalho. Em seguida, foi apresentada a conceituação de juventude, bem como, uma breve revisão bibliográfica sobre as problemáticas da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A definição de mercado de trabalho não existe de forma única, contudo, não se pode deixar de considerar aspectos regionais e profissionais. Deste modo, uma forma adequada de definição mercado de trabalho seria a apresentada pela teoria da segmentação que caracteriza o mercado de trabalho como um conjunto de segmentos que não competem entre si, e diferenciam o tratamento para com o capital humano, devido a existência de barreiras que não permitem que os níveis de educação e treinamento sejam os mesmos para todos (ROCHA E PICCININI, 2011).

O mercado de trabalho pode ser dividido em dois grupo quanto ao seu funcionamento, sendo estes o mercado de trabalho formal e o informal. O mercado de trabalho formal, corresponde ao mercado onde os indivíduos compõem em grande escala, a mão-de-obra assalariada, sendo contribuintes da previdência social, tendo como um divisor o registro em carteira. O mercado de trabalho informal, é composto por um grupo com diferentes situações de trabalho, desde o subemprego, representados por vendedores ambulantes e empregados sem carteira assinada, até autônomos sem remuneração fixa (SILVA E KASSOUF, 2020).

O mercado de trabalho brasileiro tem cada vez mais se tornado seletivo, mesmo com muitos trabalhadores, entre eles os jovens, inseridos informalmente, com alguns também compondo o número de desalentados. A maneira como mercado de trabalho está estruturado, nos direciona a algumas classificações da mão-de-obra da população, sendo primeiramente a dois grupos da população, os de pessoas ocupadas e os de pessoas desocupadas.

De acordo com IBGE (2021), as pessoas ocupadas correspondem aos trabalhadores por conta própria, empregadores, empregados tanto do setor público quanto do privado, domésticos, com ou sem carteira assinada, além das pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração. A definição de

pessoas desocupadas, conhecida popularmente como desempregadas, são as pessoas que não estão trabalhando, porém, mantiveram busca efetiva por emprego e se encontram disponíveis para assumir quando surgir oportunidade.

Além disso, a população em idade para trabalhar (PIA), pode ser dividida em dois grupos: Pessoas na força de trabalho e Pessoas fora da força de trabalho. Dentro do grupo inserido na força, se encontram toda a população considerada ocupadas, os desocupados, e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. O grupo que compõem a população fora da força de trabalho, é composto pelos que estão fora da força de trabalho potencial, como as donas de casa, aposentados, adolescentes em idade escolar, e outras pessoas sem interesse ou condições de trabalhar, e também composto pela força de trabalho potencial, caracterizados como pessoas que não se encontram na força de trabalho, porém possuem potencial para serem integradas nela, como os desalentados, os que buscaram trabalho estando indisponíveis, e os que não buscaram estando disponíveis (IBGE, 2021, Online). Esquemáticamente, estes conceitos são apresentados pelo IBGE (2021) da seguinte forma:

FIGURA 1 – CONCEITO DE DESEMPREGO



Fonte: IBGE (2021) – Elaborado pelo autor.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, o Brasil está passando por uma das maiores recessões em toda sua história, onde o baixo desempenho econômico, levou a deterioração do próprio mercado. Dentro desse contexto, com base nos indicadores que apontam essa piora no mercado de trabalho, os quais compõem a taxa de desemprego, a população que se encontra fora da força de trabalho também tem elevado os seus níveis principalmente entre os jovens, que enfrentam grandes dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo Furtado (2018), o conceito que define força de trabalho se relaciona de modo exclusivo às pessoas que participam de trabalhos remunerados dentro das atividades de produção de bens e serviços. Dentro do contexto econômico, a força de trabalho pode ser chamada de população economicamente ativa, sendo formada pelos indivíduos que realizam a troca entre sua capacidade de trabalho por remuneração.

Diante dessas definições, pretende-se mapear a evolução do desemprego na população nos últimos anos, e como se apresenta para os jovens em comparação aos níveis nacionais. Antes, porém, foi realizada uma breve exposição sobre o conceito de juventude, bem como, sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE

Dentro da realidade atual, na busca por qualificação profissional, em meio a exigência de mercado, precarização das condições de trabalho e mudanças na reestruturação econômica com elevados níveis de desemprego, se encontram os jovens, que possuem algumas questões diferentes para lidar se comparados a população considerada adulta, ligados a transição para a vida adulta, como primeiro emprego, maioridade, e entre outros (TOMMASI E CORROCHANO, 2020).

O conceito de juventude primeiramente aparenta se remeter a um aspecto biológico, quando na verdade constitui uma construção social, que varia de acordo com o contexto histórico e social no qual está inserido. A juventude quando apresentada como um grupo social, demonstra práticas, valores e estilos de vida diferentes dos demais, onde nem sempre questões consideradas de transição como casamento, escolaridade, saída de casa e independência econômica se apresentam

durante essa fase da vida, o que de certa forma poderia prolongar o período de juventude (GUERREIRO et al., 2006).

A Organização das Nações Unidas define juventude como a faixa de indivíduos com 15 e 24 anos de idade. No Brasil não há uma definição legal de população jovem, somente um importante marco jurídico no que diz respeito a adolescência e infância, que é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), define criança como a “pessoa até 12 anos de idade incompletos” e adolescente “aquela entre doze e dezoito anos de idade” (UNFPA, 2010).

Porém, a definição de juventude, possui diferentes significados que variam de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente. Neste contexto, a conceituação mais comum seria a de uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. No Brasil, a Política Nacional de Juventude (PNJ) divide os jovens em três grupos de acordo a faixa etária, onde os jovens entre 15 e 17 anos, são denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens adultos. Considerando tal divisão, pode-se perceber que somente o primeiro grupo está incluído na atual política da criança e do adolescente (SILVA E SILVA, 2011).

No Brasil, em condições regulares, o ciclo ligado ao ensino médio se encerra aos 17 anos, onde requer do jovem, agora fora da escola, um novo estilo de vida, ligado ao ambiente acadêmico, do mercado de trabalho, ou ambos. Diante disso, a escolha dos jovens entre 18 e 24 anos, poderá mostrar a grande diversificação entre os jovens-jovens brasileiros, que possuem distintas realidades familiares e sociais. A seguir, será feita uma breve revisão bibliográfica sobre a inserção desta população no mercado de trabalho.

2.2 A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ALGUNS APONTAMENTOS

De acordo com a OIT (2014), uma grande parte da juventude brasileira possui grandes dificuldades na procura de alguma ocupação formal. Assim que se completa a maioridade, uma das principais dificuldades não está propriamente na disposição do jovem para o trabalho, mas sim nas chances de encontrar algum com condições de trabalho que não sejam precárias, normalmente caracterizada por trabalhos de longa jornada, e muitas vezes associados a baixas remunerações.

Atualmente, as altas taxas de desemprego e a competitividade tornam o mercado de trabalho cada vez mais concorrido, apresentando uma realidade em que para a garantia do seu lugar, o profissional deva estar bem qualificado. O jovem, em muitas das suas características não são diferentes dos demais grupos de trabalhadores, contudo, apresentam alguns aspectos que os diferenciam dos demais, como a inexperiência e a imaturidade (AZEVEDO E DIAS, 2016).

O primeiro emprego, pode ter um papel fundamental no caminho percorrido pelo jovem no mercado de trabalho. Sua evolução profissional poderá ser mais favorável, de acordo com as condições de acesso do seu primeiro emprego, onde sua origem social também possui grande importância. Deste modo, pessoas que originam de condições sociais menos favorecidas encontram grandes barreiras de acesso e de permanência no ensino, acarretando uma inserção mais precária no mercado de trabalho (AZEVEDO E DIAS, 2016).

A inserção dos jovens no mercado de trabalho pode proporcionar o aprendizado, crescimento, e desenvolver suas responsabilidades, tanto como profissional, quanto como indivíduo na sociedade. Muitos podem possuir a ambição de serem inseridos no mercado de trabalho logo que completarem sua maioridade, pois a conveniência de um emprego, pode significar o início da construção de sonhos e metas pessoais. Contudo, ao deparar-se com alguns obstáculos, esses jovens podem acabar se desestimulando, e assim deixando de buscar as qualificações exigidas pelo mercado (AZEVEDO E DIAS, 2016).

De acordo com as autoras supracitadas, como as oportunidades não estão distribuídas de maneira igualitária, a precariedade acaba atingindo com maior intensidade alguns grupos da população brasileira, como mulheres, negros, e os jovens, que passam a exercer empregos no setor informal como o serviço doméstico, trabalhos em tempo parcial, e outras formas de terceirização. Quando os indivíduos passam a acumular experiências de trabalho precárias, com baixas remunerações, ou com alta rotatividade em sua maioridade, as chances de conseguir empregos que lhes proporcionem maiores qualidades econômicas e sociais, acabam se reduzindo.

Diante deste cenário, vários fatores podem se tornar obstáculos que interferem na fase de transição para a vida adulta, como por exemplo a escolaridade inferior ao que regularmente se espera da idade, a necessidade de complemento de renda familiar, a constituição precoce da família, os constrangimentos frente a

própria dificuldade de inserção no mercado de trabalho, levando os jovens a situações de informalidade e até mesmo de desalento. A exclusão social dos jovens brasileiros, apresentada por meio do desemprego e da precariedade das relações e condições de trabalho, assim como a autonomização do jovem, varia de acordo com cada contexto social e cultural ao qual ele pertence (SOUZA, 2003).

O trabalho é uma das dimensões constitutivas de experiência de vida dos jovens brasileiros, não necessariamente apenas como uma necessidade de complementar a renda familiar, mas também como uma busca legítima pela autonomia financeira. Assim, olhando para os problemas ligados ao mundo do trabalho, tanto no que diz respeito aos elevados níveis de desemprego dos últimos anos, onde os índices de desemprego dos jovens são sensivelmente maiores do que a população em geral, ou as presenças de trabalhos informais, mal remunerados, de baixa qualificação, ou ainda com respeito ao dia a dia de alguns jovens, que necessitam conciliar estudo, trabalho e vida familiar, podemos encontrar as possíveis causas desse número de desocupações entre os jovens, iniciando pelas dificuldades enfrentadas na inserção no mercado de trabalho (TOMMASI E CORROCHANO, 2020).

De acordo com Santos e Gimenez (2021), uma análise do processo de inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho não pode ser realizada sem associar algumas características do próprio processo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o qual teve forte impacto na construção de elevados níveis de desigualdades econômicas e regionais no país, atingindo os mais diversos grupos da sociedade. Os jovens compõem uma parte da força de trabalho com grande vulnerabilidade social, onde mesmo com elevadas taxas de participação dessa faixa de idade no mercado de trabalho brasileiro, em comparação com outros países, sempre apresentou formas precárias das atividades trabalhistas, com grandes impactos sobre a educação desses jovens.

Nas condições do desenvolvimento capitalista tardio e periférico, no Brasil, a elevada taxa e participação dos jovens e sua precária inserção no desorganizado mercado de trabalho nacional são expressões de um modelo excludente de organização social (SANTOS E GIMENEZ, 2021, p. 49).

Durante o período de crescimento econômico visto entre os anos de 2004 e 2012, com destaques positivos na estrutura social e do mercado de trabalho

brasileiro, postos de trabalhos de melhor qualidade evoluíram de maneira positiva junto aos níveis de emprego e de renda. Contudo, no ano de 2014, com a estagnação do Produto Interno Nacional (PIB), e a retração econômica sofrida pelo país nos dois anos seguintes, o Brasil foi conduzido a uma reversão dos resultados conquistados anteriormente, e com a conseguinte deterioração do mercado de trabalho por meio do aumento nos níveis de desemprego, redução nos níveis de renda das famílias e das políticas de proteção social, impulsionaram os jovens com maior intensidade em sua busca por alocação no mercado de trabalho (SANTOS E GIMENEZ, 2021).

Para compreender as dificuldades enfrentadas pelos jovens em sua jornada de inserção no mercado de trabalho, é importante compreender os aspectos referentes ao mercado de trabalho brasileiro e sua dinâmica junto aos jovens, além da maneira na qual ele se relaciona com os níveis de desemprego nas diferentes regiões do país.

Transitar entre situações ocupacionais é o que caracteriza a experiência de todo indivíduo no mercado de trabalho. Isso nos possibilita entender de uma melhor forma, as oportunidades e barreiras que se interpõem aos ocupados ou então aos que estão busca de trabalho (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020).

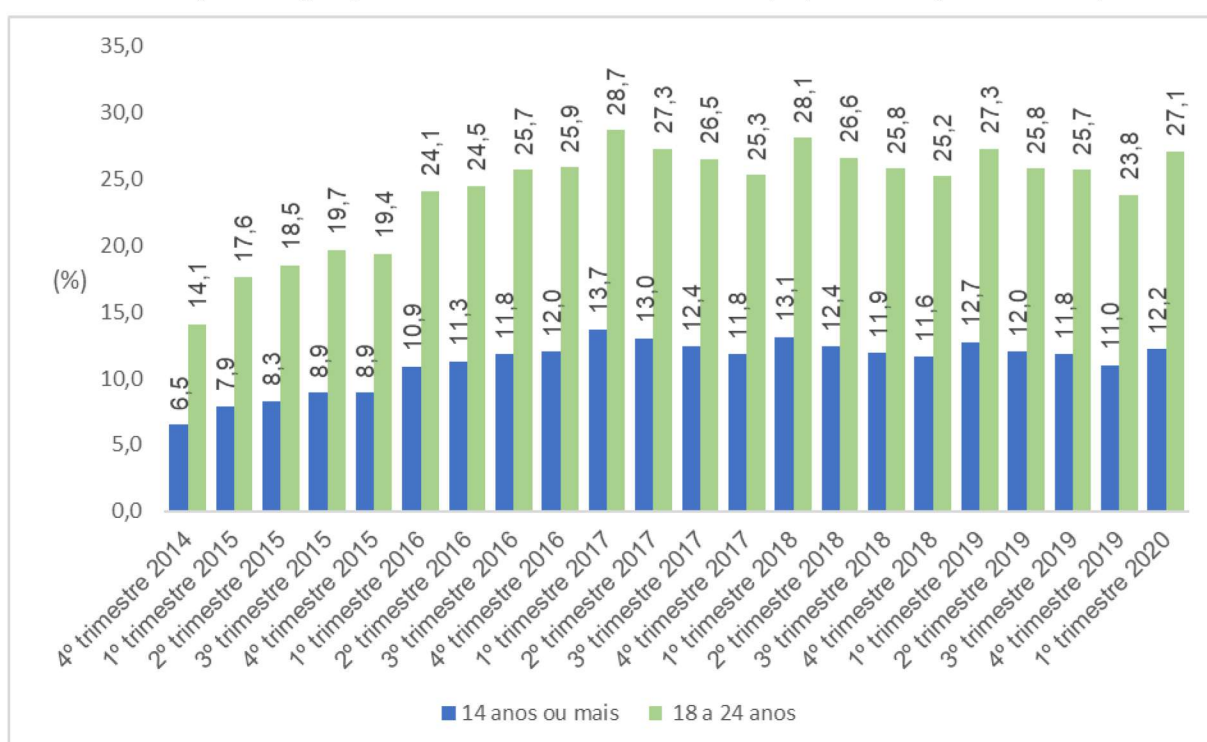
Quando se trata de estudar a situação ocupacional dos jovens, sabemos que as transições tendem a ser mais intensas, com recorrentes eventos de desemprego e de passagem à inatividade, que se tornam menos frequentes quanto mais se avança em direção a vida adulta.

Deste modo, para entender a situação ocupacional dos jovens em cada região do Brasil, será feita a seguir uma análise do comportamento das taxas de desocupação dos jovens, taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da sua participação na força de trabalho, com base nos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio Contínua do IBGE.

3. MERCADO DE TRABALHO: JOVENS E DESOCUPAÇÃO

Atualmente, o que mais impressiona no mercado de trabalho, é o número de pessoas desocupadas, o que mesmo não sendo um fenômeno recente, vem crescendo ao longo dos últimos anos. Como pode-se ver no Gráfico 1, desde o ano de 2014 os jovens entre 18 e 24 anos apresentam taxas de desocupação muito superiores ao observado para a população em geral. Além disso, diferença que era de 7,6 pontos percentuais a mais em 2014, salta para 14,9 pontos em 2020.

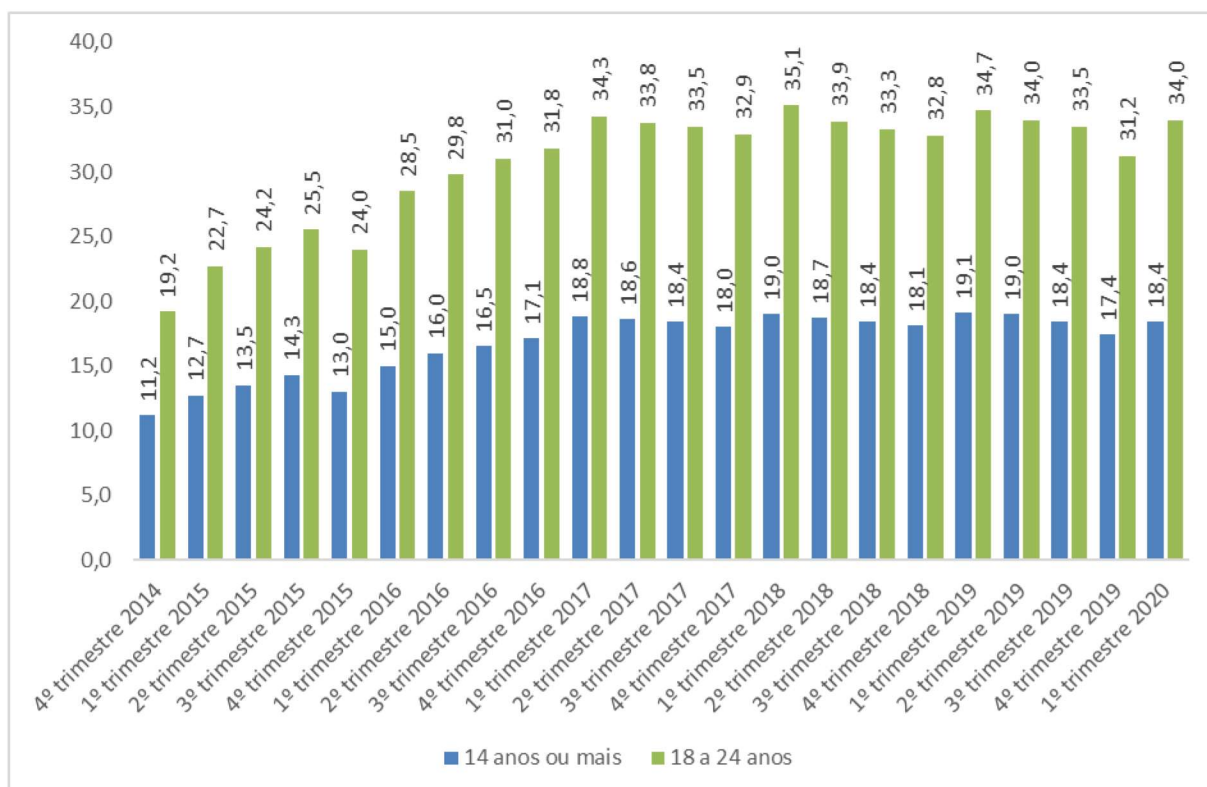
Gráfico 1 – Taxa de desocupação trimestral, da população de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados (%): Brasil (2014-2020).



Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

Estes dados indicam que a taxa de desocupação dos jovens apresentou um crescimento mais significativo ao longo do período. Considerando a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, que é uma medida mais precisa dos níveis e desocupação da força de trabalho percebe-se tendência semelhante. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados (%): Brasil (2014-2020).



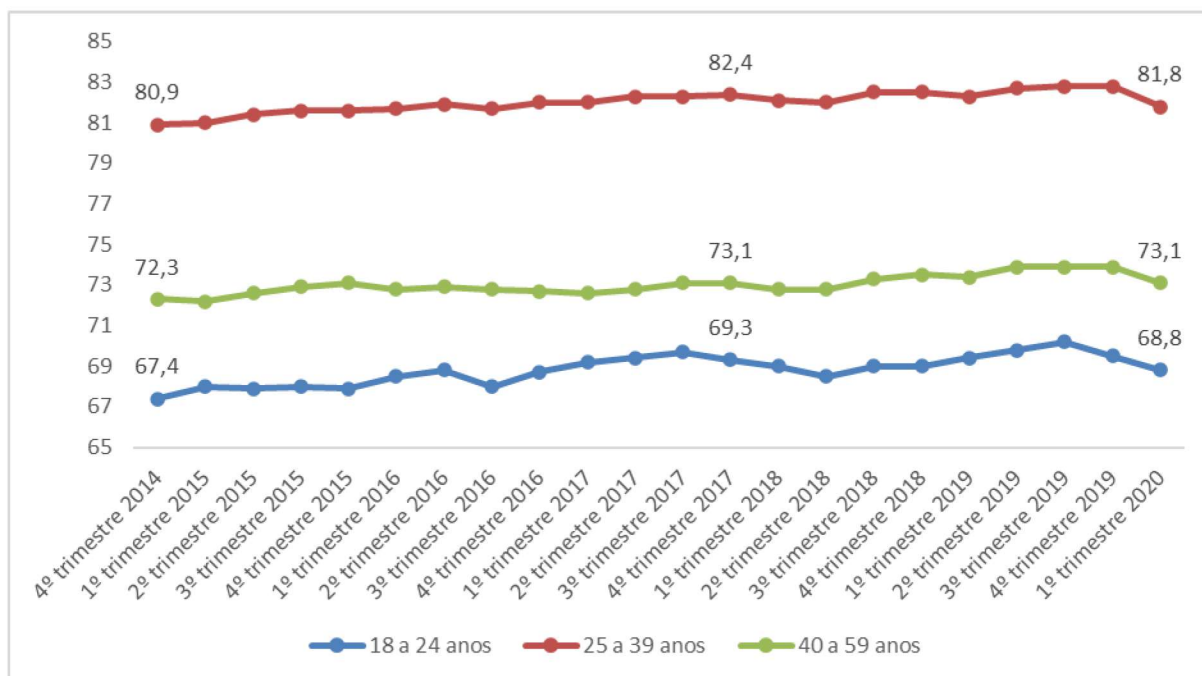
Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

Observa-se que a taxa combinada do Brasil segue o mesmo comportamento da taxa de desocupação vista anteriormente, os dados indicam que após o salto de 3,5 pontos percentuais na transição de 2014 para 2015, e com o crescimento nos dois anos seguintes, a taxa dos jovens já se encontrava 12,6 pontos acima do que foi registrado no quarto trimestre de 2014, quase 15 pontos percentuais acima do restante da população. Ao longo do período, as taxas continuaram a crescer, ultrapassando a casa dos 32% até o fim do ano de 2019. Vale ressaltar, que conforme demonstra o gráfico, mesmo com a Reforma Trabalhista de julho de 2017 que prometida aumento dos empregos, a situação dos jovens não melhora, e atinge o seu maior valor dentro da série logo no início de 2018, registrando 35,1%.

Considerando a taxa de participação da força de trabalho (indicador que mede o percentual de pessoas da força de trabalho na população em idade de trabalhar) segundo os grupos de idade, percebe-se novamente as dificuldades de

inserção dos jovens entre 18 e 24 anos de idade, cujas taxas de participação são inferiores aos demais grupos da população considerada adulta. (Gráfico 3)

Gráfico 3 - Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade selecionados. Brasil: (2014-2020) (%)



Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

O comportamento da taxa de participação dentro da série, apresentou levemente uma tendência de crescimento, registrando ao final níveis acima dos demonstrados ao fim de 2014, assim também como outro comportamento diferente do que se esperava com a reforma trabalhista em 2017, pois no primeiro trimestre de 2020, as taxas de todos os grupos de idade não apresentam muito diferentes do que os apresentados em 2014, ou seja, a proporção da População em Idade Ativa incorporada ao mercado de trabalho empregadas ou em busca de trabalho não sofreu grandes alterações, reforçando a permanência do desemprego no Brasil, e o seu reflexo sob o grupo dos jovens.

3.1 A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

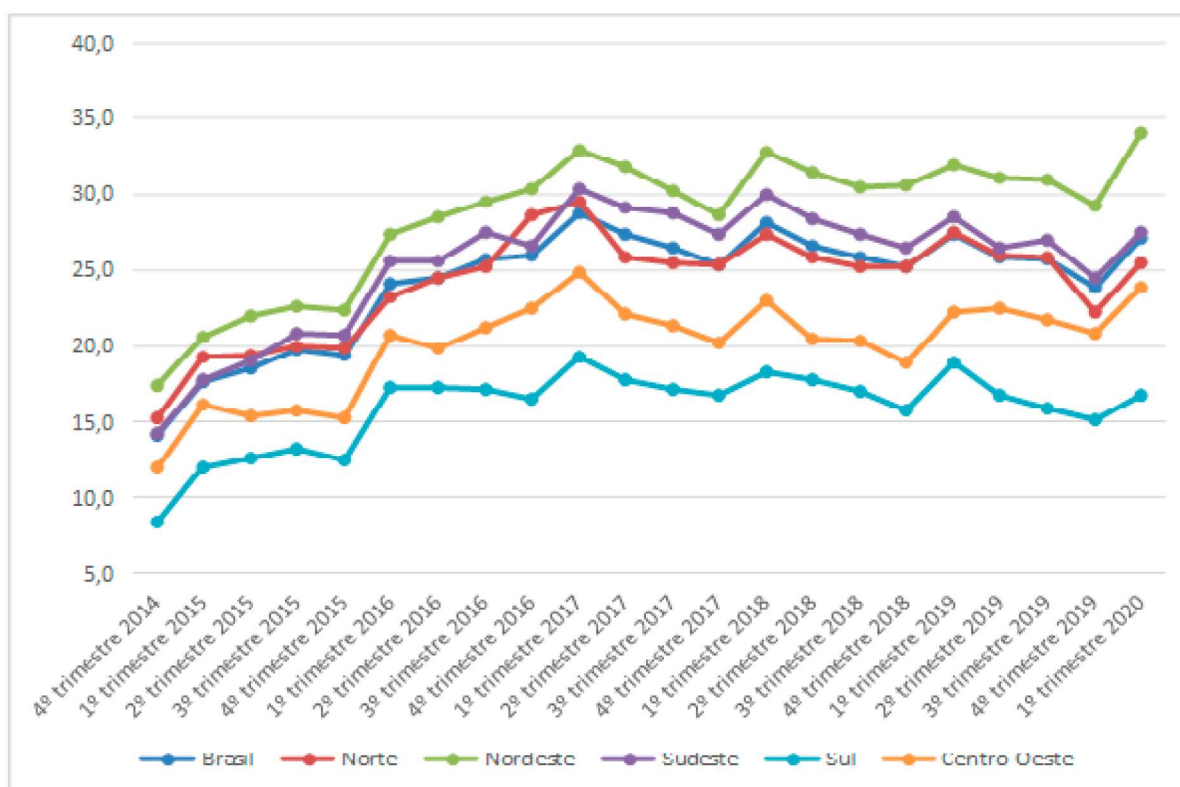
Elevadas taxas de desemprego atingindo toda a população brasileira, podem nos levar acreditar que o comportamento do mercado de trabalho é o mesmo nas

diversas regiões do país, determinadas por fatores que afetam o país inteiro, ou então questões estruturais específicas de cada região. A possível existência de disparidades de desemprego regional, pode apontar um grave problema econômico envolvendo não somente o próprio desemprego, mas também questões de desigualdades socioeconômicas.

Segundo Maia (2013), sendo baixas remunerações e qualificações características da população que compõem a estrutura ocupacional brasileira, e o grau de exclusão social e desigualdade socioeconômica são fortemente impactados por essas determinantes. Para o autor, a própria dinâmica do mercado de trabalho contribuiu na reprodução de elevados níveis de pobreza e desigualdade.

Por meio dos dados da PNAD Contínua trimestral, foram analisados os comportamentos das taxas de desocupações regionais, de acordo com os grupos de idade. Permitindo verificar o impacto ao grupo dos jovens ao decorrer do período selecionado. Pode-se dizer que regionalmente, a taxa de desocupação também apresentou variações positivas significativas em todas as regiões em a partir do início do ano de 2015, porém, com intensidades diferentes entre elas. (Gráfico 4)

Gráfico 4 – Taxa de desocupação trimestral, da população entre 18 e 24 anos, segundo regiões do Brasil (2014-2020)



Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

Ao observar o Gráfico 4, percebe-se que a taxa de desocupação dos jovens vem crescendo desde 2014. Entretanto, o Nordeste brasileiro atingiu os maiores níveis de desocupação ao longo do período, onde junto a região Sudeste, esteve acima da taxa nacional em todos os trimestres até 2020. Ao contrário, as regiões Sul e Centro-Oeste do país, mesmo apresentando uma tendência de crescimento em suas taxas, mantiveram os níveis abaixo do nível nacional, atingindo seus maiores picos no primeiro trimestre de 2017, com 19,2% e 24,8%. Este cenário, mostra que o desemprego dos jovens, além de sua tendência de alta, possui intensidades diferentes entre as regiões do país.

Na análise regional, em relação ao Norte do país, a taxa de jovens desocupados apresentou um crescimento muito elevado até o início de 2017, onde registrou a maior taxa de desocupação na série (29,4%), 10,2 pontos percentuais acima do que apresentou no começo do período analisado no Brasil. Semelhante as regiões Sul e Centro-Oeste, o Norte registrou taxas inferiores as nacionais durante a série.

Quanto ao desempenho regional do Centro-Oeste do país, a população entre 18 e 24 anos desocupada, teve seu pior momento no ano de 2017, onde registrou a maior taxa de toda a série histórica (24,8%), semelhante às demais regiões do Brasil. No início de 2020, o Centro-Oeste alcançou 23,9 na taxa de desocupação, estando a 3,2 pontos percentuais de diferença se comparado ao Brasil no período, e quase do dobro da taxa em 2014.

Na região Sul a taxa dobrou, indo de 8,4% para 16,8% para a população de 18 a 24 anos, mesmo assim, estava 10,3 pontos percentuais abaixo da média nacional em 2020, e dentre as regiões do Brasil, é a que possui as menores taxas de desocupações, estando 17,3 pontos abaixo do Nordeste, que registrou a maior taxa de jovens desocupados no início daquele ano.

No Nordeste a taxa de desemprego praticamente dobrou entre 2014 e 2020, fechando 7 pontos acima da média nacional. Nesta região, mais de um terço dos jovens nesta faixa de idade estão desempregados, o que representava menos de 2 em cada 10 jovens em 2014. Assim como a região Sudeste do país, o Nordeste brasileiro registrou taxas de desocupação de jovens entre 18 e 24 anos de idade, maiores que os níveis nacionais.

A taxa de desocupação na região Sudeste também apresentou um crescimento acentuado até o ano de 2017, onde no início do ano registrou 30,3 %,

1,6 pontos acima da taxa do Brasil. Contudo, como a PNAD Contínua também fornece a taxa de desocupação em número de pessoas (Tabela 2), pode-se verificar que a região Sudeste é a que concentra a maior população de jovens com idade entre 18 e 24 anos, o que no início de 2020 representou 31,6 pontos percentuais a mais se comparado a região Nordeste. Isto indica, que na perspectiva de quantidade na população, o Sudeste é a região que detém os maiores números de jovens entre 18 e 24 anos de idade em situação de desocupação.

Tabela 1 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) (2014-2020).

Trimestre	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
4º trimestre 2014	2.222	207	706	951	209	149
1º trimestre 2015	2.780	261	838	1.185	296	200
2º trimestre 2015	2.944	264	897	1.285	306	191
3º trimestre 2015	3.123	279	924	1.401	321	197
4º trimestre 2015	3.069	276	905	1.389	310	188
1º trimestre 2016	3.862	314	1.119	1.742	430	256
2º trimestre 2016	3.924	340	1.157	1.747	427	253
3º trimestre 2016	4.081	344	1.183	1.862	413	279
4º trimestre 2016	4.153	399	1.218	1.834	398	303
1º trimestre 2017	4.650	400	1.321	2.138	471	320
2º trimestre 2017	4.443	351	1.287	2.076	443	286
3º trimestre 2017	4.339	344	1.224	2.070	422	279
4º trimestre 2017	4.153	348	1.144	1.978	418	264
1º trimestre 2018	4.573	379	1.316	2.125	450	303
2º trimestre 2018	4.303	350	1.236	2.020	429	268
3º trimestre 2018	4.219	349	1.217	1.979	407	267
4º trimestre 2018	4.102	348	1.227	1.905	379	243
1º trimestre 2019	4.461	381	1.275	2.044	463	298
2º trimestre 2019	4.230	367	1.254	1.884	413	312
3º trimestre 2019	4.226	367	1.220	1.948	390	301
4º trimestre 2019	3.859	303	1.149	1.751	372	282
1º trimestre 2020	4.331	345	1.327	1.939	399	321

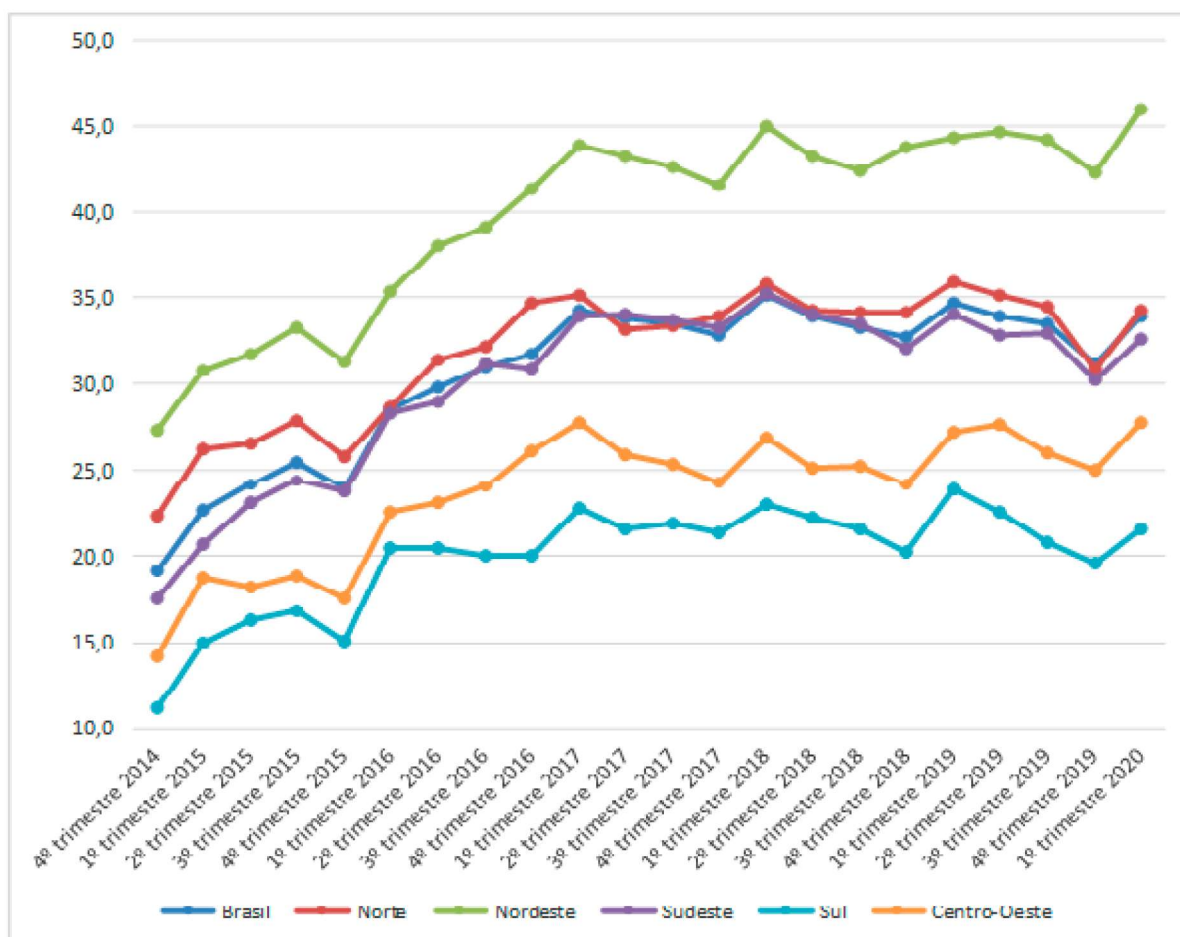
Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

As taxas de desocupação apuradas pela PNAD Contínua trimestral corroboram para a análise da trajetória de aceleração na taxa de desemprego nas regiões do país, apresentando desta forma um país com graves problemas de desemprego que atingem principalmente os jovens entre 18 e 24 anos de idade.

Dentro desse contexto, os jovens podem encontrar dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho, que pode demonstrar alta competitividade entre os grupos de idade, e assim fazer com que os jovens migrem para outras segmentações do mercado de trabalho no Brasil.

A subocupação é um fenômeno que reflete a subutilização da capacidade da população ocupada em produzir, e integra a estrutura que mensura a força de trabalho, além de ser utilizada como um complemento de outros indicadores como ocupação, desocupação e inatividade (MACHADO E MACHADO, 2007). O IBGE define os subocupados, como os trabalhadores que realizam jornadas de trabalho com carga horária inferiores a 40 horas semanais, porém, que estão disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas (IBGE, 2021, Online).

Gráfico 5 – Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%), na semana de referência, das pessoas de 18 a 24 anos de idade, segundo grandes regiões do Brasil. (2014-2020)



Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

O gráfico 5 mostra o comportamento da taxa combinada de desocupação e de subocupação, a qual inclui as pessoas ocupadas com uma jornada inferior a 40 horas semanais que gostariam de trabalhar por um período maior, somadas às pessoas que buscam emprego.

É interessante notar que a taxa combinada possui uma tendência similar à taxa de desocupação. No primeiro trimestre do ano de 2017, a taxa de desocupação dos jovens atingiu 28,7% no Brasil, sendo o mais alto da série analisada, onde a taxa combinada atingiu um dos maiores níveis da série com 34,3%, sendo superada pelos 35,1% registrados logo após um ano. Segundo Machado e Machado (2007), isso poderia ocorrer devido à baixa dinâmica do mercado de trabalho, que devido as oscilações na taxa de desocupação, poderia fazer com que as pessoas aceitassem se ocupar em postos de trabalhos não condizentes com suas qualificações, e deste modo, o desejo de trabalhar mais horas que atualmente poderia ser um reflexo da insatisfação no trabalho, ou da falta de oportunidades.

A taxa combinada nas regiões brasileiras apresenta o mesmo comportamento de crescimento que inicia ao fim do ano de 2014. A proporção dos desocupados e subocupados atinge maior nível na região Nordeste, que dentro da série analisada apresentou níveis maiores que o do Brasil, com 46% no primeiro trimestre de 2020, 12 pontos a mais que a taxa nacional (34%). Semelhante ao Nordeste, a região Norte também apresentou níveis mais elevados que o do Brasil em diversos momentos da série, com exceção do segundo e terceiro trimestre de 2017, e do quarto trimestre de 2019, onde apresentou taxas menores que a nacional.

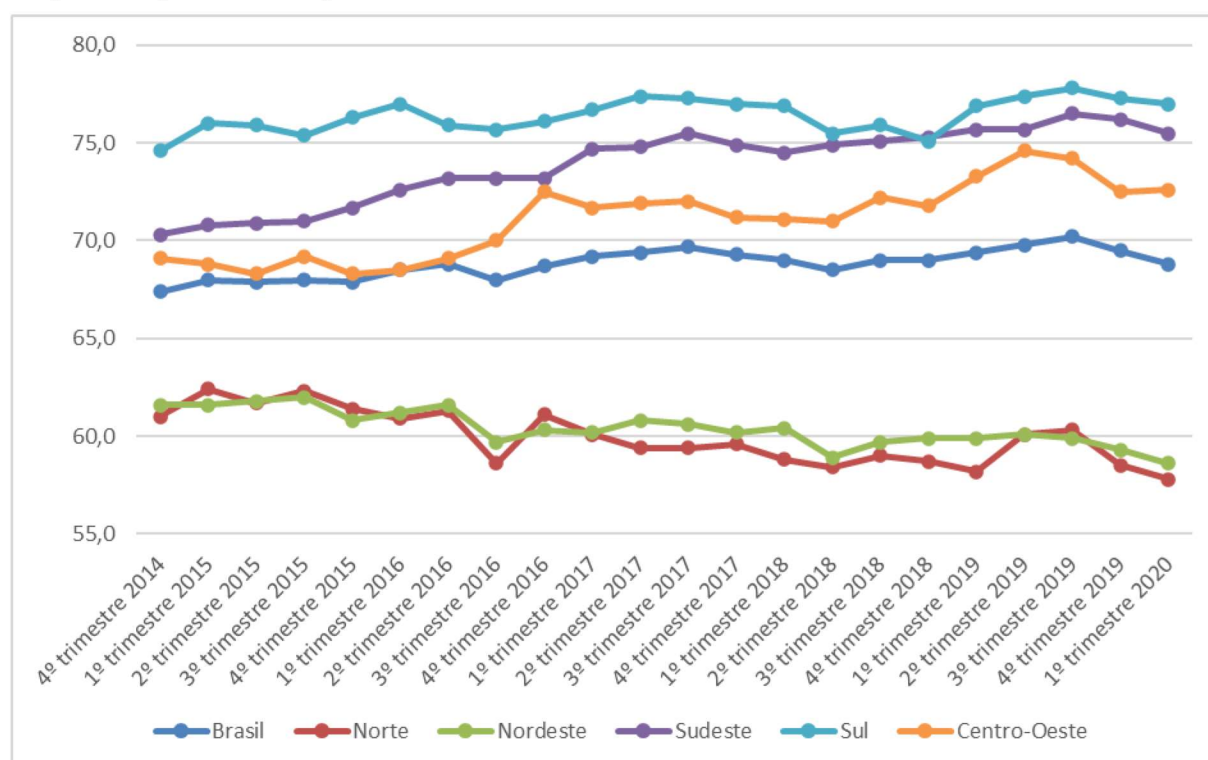
A região Sudeste, apresentou um comportamento diferente das demais, desde o início da série manteve os níveis abaixo do nacional, até atingir 31,2%, com uma leve diferença de 0,2 pontos comparada a taxa do Brasil. Esse comportamento, ocorreu também no segundo trimestre de 2017, se estendendo por um pouco mais de um ano, onde no terceiro trimestre de 2018 sofreu uma queda de 0,6 pontos comparado ao trimestre anterior, e assim retornado a níveis inferiores aos da taxa combinada do Brasil. As demais regiões do Centro-oeste e do Sul, mantiveram os níveis abaixo da média nacional durante todo o período analisado. (Tabela 3)

Em geral, os níveis de desemprego no Brasil possuem comportamentos semelhantes, onde pode-se observar a tendência de queda e crescimento nos trimestres de cada ano da série histórica estudada. Isso indica que os jovens brasileiros encontram dificuldades na busca de uma alocação no mercado de

trabalho em todas as regiões do país, porém as desigualdades regionais são bem evidentes, caracterizando uma heterogeneidade socioeconômica dentro do país.

A deterioração da situação econômica no Brasil depois de 2014, se reflete no comportamento do mercado de trabalho nesse período. Durante as recessões econômicas muitos trabalhadores podem ficar desapontados com o mercado de trabalho e parar de procurar emprego, dentre eles os jovens, com altos níveis ao decorrer dos anos. Os indicadores de desemprego, classificam as pessoas como desempregadas, porém elas podem ou não ser participantes ativas no mercado de trabalho, e a fim de compreender melhor a tendência geral do emprego na economia brasileira, pode-se analisar em conjunto com os níveis de desemprego a taxa de participação na força de trabalho. Desse modo, com alguns dados coletados pela PNAD Contínua trimestral apresentados no Gráfico 6, pode-se analisar o comportamento dessa taxa em cada região do país para os jovens.

Gráfico 6 - Taxa de participação das pessoas de 18 a 24 anos de idade, segundo grandes regiões do Brasil, 2014-2020.



Fonte: IBGE – PNAD contínua trimestral. Elaborado pelo autor.

A taxa de participação da força de trabalho, mede a oferta de trabalho representada pela população economicamente ativa, composta pelos indivíduos

ocupados e desocupados na semana de referência. O gráfico 6 revela inicialmente, comportamentos muito distintos entre as regiões, trazendo a necessidade de analisá-las individualmente.

Semelhante a taxa de participação do Brasil, algumas regiões como Sudeste e Centro-Oeste apresentaram tendência de crescimento até certo momento da série, de forma que nessas regiões junto ao Sul, os níveis nunca se mantiveram abaixo das taxas nacionais. As taxas da região Sul mantiveram um comportamento muito semelhante as taxas de participação do Brasil, atingindo o maior percentual no terceiro trimestre de 2019.

A taxa de participação nas regiões Norte e Nordeste, apresentaram durante toda a série história níveis muito menores que os do Brasil. No caso dessas duas regiões, durante toda a série apresentaram uma tendência de queda em suas taxas, atingindo seus menores valores no 1º trimestre de 2020, onde a região Norte registrou 57,8%, sendo menor que a taxa do Brasil em 11 pontos percentuais no mesmo período (68,8%), do mesmo modo, a redução para o Nordeste brasileiro chegou até 58,6%, apresentando uma diferença de 10,2 pontos se comparada a taxa nacional.

Estes dados mostram que além do desemprego crescente nas regiões do país, em algumas regiões, a saída dos jovens da força de trabalho foi mais intensa, o que acaba pressionando menos a taxa de desemprego. Portanto, nas regiões Norte e Nordeste, as oportunidades dos jovens no mercado de trabalho mostram-se ainda mais reduzidas do que nas outras regiões do país, o que configura uma situação de maior vulnerabilidade para a população jovem que reside nas regiões mais pobres do país.

Os resultados dessas análises, indicam que há diferenças regionais importantes para os níveis de desocupações e de oferta de trabalho, e que os comportamentos dessas taxas também se distribuem de forma desigual entre os grupos de idades. Segundo Maia (2013), as distinções socioeconômicas dentro de uma sociedade heterogênea como a brasileira, é comum enxergarmos diferenças entre os diversos grupos da população.

De acordo com Proni e Gomes (2021), a precarização do mercado de trabalho brasileiro nas relações de emprego, junto a outros problemas de subdesenvolvimento, como a informalidade, subutilização da força de trabalho, baixa renda, e a grande heterogeneidade estrutural presentes no Brasil, restringiu a

expansão do emprego público de qualidade, assim como também induziu a flexibilização de normas trabalhistas, causando maior desproteção ao grupo de trabalhadores.

O problema do desemprego entre os jovens, também envolve outros problemas das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, onde frente aos elevados índices de desemprego, os jovens brasileiros que também dividem essa época da vida com as responsabilidades educacionais, podem optar por se manter fora da população economicamente ativa, contudo, mantendo dependência das realidades sociais e culturais às quais eles estão envolvidos.

Dentro desse cenário, os jovens possuem maior fluidez na entrada e saída do mercado de trabalho, e justamente por estarem em um período de experimentações, podem acabar transitando entre diferentes tipos de ocupações. Por outro lado, como na maioria das vezes não dependem de maneira exclusiva de seus rendimentos, podem transitar dentro e fora da força de trabalho de acordo com as suas escolhas profissionais e de formação (SOUSA E POCHMANN, 2021).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2014, levaram a transformações que redefiniram a estrutura de ocupação, com o acirramento da crise econômica, além do desemprego, as alterações nos níveis de rendimento também afetaram os trabalhadores brasileiros em geral, porém com maior pressão sobre os jovens (Ferreira e Pomponet, 2020). O assunto que envolve a juventude e suas problemáticas no mercado de trabalho, aborda um vasto leque de temas sobre um momento da vida dos jovens. Para os jovens, a necessidade de gerar renda pode ser vista como algo imediato e inadiável, o que os leva a buscar a inserção no mercado de trabalho logo nos primeiros anos de sua juventude (FAHEL et al., 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a estudar o cenário regional da situação do desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos a partir de 2014, trazendo uma reflexão sobre a importância de seu estudo e algumas das dificuldades encontradas em sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, também permitiu analisar o comportamento do desemprego no mercado de trabalho em geral, e como os jovens podem ter sido impactados devido as possíveis diferenças em sua distribuição.

De um modo geral, percebeu-se que a taxa de desocupação tem mostrado uma clara tendência de crescimento a partir de 2014, demonstrando um agravamento do problema do desemprego no início de 2015. Nesse cenário, com a redução de oportunidades de emprego, se inserir no mercado de trabalho se tornou um grande desafio, principalmente entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos, que se encontram em uma fase fundamental da vida, o início de sua transição para a vida adulta. Com isto, os jovens brasileiros não somente encaram um cenário de alta competitividade no mercado de trabalho, mas também questões de precariedade no mesmo, fazendo com que empregos de alta rotatividade, baixas remunerações, e do setor informal, sejam as opções escolhidas por eles diante das desigualdades socioeconômicas vividas, mesmo nos diferentes contextos sociais e culturais de cada região do país.

A trajetória do mercado de trabalho brasileiro para os jovens, clareia o processo de deterioração de suas condições nos últimos anos, pois o desemprego e o abandono do mercado de trabalho trilham o caminho para uma degradação da vida cotidiana imposta pelos altos níveis de desemprego.

Deste modo, ainda que o desemprego tenha afetado toda a população, e principalmente os jovens, percebeu-se que a maneira como as taxas que compõem o desemprego, como desocupação, combinada à subocupação, e participação da força de trabalho, foram distribuídas entre as regiões, apresenta elevados níveis de desigualdades regionais.

Com os dados encontrados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, e análise realizada nos trimestres do período entre 2014 e início de 2021, que junto a bibliografia consultada, forneceram informações o suficiente para enriquecer a discussão do tema no Brasil, permitindo entender melhor a questão do

desemprego, e os elevados níveis de desocupação e subocupação para os jovens entre 18 e 24 anos.

De acordo com a análise regional realizada com esses dados, as regiões Norte e Nordeste apresentam uma situação muito mais grave de desemprego e subocupação entre os jovens comparadas a outras regiões do país, de forma que o Nordeste brasileiro registra taxas superiores às do nível nacional durante todo o período analisado, com o Norte tendo o mesmo comportamento em alguns períodos.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem apoiar os jovens na sua inserção no mercado de trabalho, e no enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas por eles sofridas nas regiões brasileiras, pois o combate ao desemprego dos jovens é um grande desafio a ser superado.

Nesse sentido, como o desemprego afeta todo o país e possui distribuições desiguais entre as regiões, um estudo sobre os níveis de rendimento em cada região ampliaria a visão sobre os problemas socioeconômicos do Brasil, além de contribuir para a uma análise sobre as desigualdades ocasionadas pelo desenvolvimento econômico brasileiro. Assim também, abre-se a possibilidade de um estudo sobre o perfil dos jovens nas regiões, bem como, as estruturas econômicas regionais e de seus mercados de trabalho, além de uma análise sobre os impactos dos níveis de escolaridade, e da informalidade dos jovens, e como impactam em sua trajetória na busca de uma ocupação formal diante das elevadas taxas de desemprego, que atualmente foram agravadas mais ainda pelos impactos negativos produzidos pela pandemia, que vieram para aprofundar a crise econômica e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Carla Fernanda Varollo de; DIAS, Natália Publio de Souza. O desafio da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Conic-Semesp: Congresso Nacional de Iniciação Científica, São Paulo, 2016. Disponível em :<<https://www.conic-semesp.org.br/anais/anais-conic.php?ano=2016&idautor=38689590846&act=pesquisar>>. Acesso em 05 out 2021
- FAHEL, Murilo et al. Desigualdades Educacionais e Pobreza. In: VILELA, Elaine Meire. Juventude e trabalho: O PEP e a inserção de jovens no mercado de trabalho. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 261-289
- FERREIRA, Maria Inês Caetano; POMPONET, André Silva. Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 267-302, nov.2019/fev.2020.
- FURTADO, Adolfo Costa Araujo Rocha. Mercado de trabalho, informalidade e desemprego. Nota técnica. Brasília, ago. 2018
- GUERREIRO, Maria das Dores et. al. Os Jovens e o Mercado de Trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas. Colecção Cogitum, DGEEP/MTSS, Lisboa, n. 18, p. 1-17, 2006.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo M. Alves de; COMIN, Alvaro Augusto. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 475-498, set./dez. 2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 5 out 2021.

- MACHADO, Danielle Carusi; MACHADO, Ana Flávia. Um aspecto da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais. IPEA, jul. 2007
- MAIA, Alexandre Gori. Estrutura de ocupações e distribuição de rendimentos: uma análise da experiência brasileira nos anos 2000. Revista Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 276-301, mai/ago. 2013.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. OIT: Mais de um em cada seis jovens está sem trabalho devido à Covid-19. Ilo, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_746072/lang--pt/index.htm>. Acesso em 10 out. 2021.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. Jovens no mercado de trabalho: desigualdade social permanece. Ilo, 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_243208/lang--pt/index.htm>. Acesso em 10 out. 2021.
- PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene C. Problemas Crônicos no Mercado de Trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In: LEONE, Eugenia Troncoso; PRONI, Marcelo W. Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 21-33
- ROCHA, Sidinei Oliveira de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1518-1538, set/out. 2011.
- SANTOS, Anselmo L. dos S.; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro no período de crescimento com inclusão social. In: LEONE, Eugenia Troncoso; PRONI, Marcelo W. Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 37-49.
- SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10 n. 1 p. 41-77, jul. 2020.

- SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.
- SOUSA, Euzébio J. S. de; POCHMANN, Marcio. Juventude e Mercado de Trabalho no Brasil: a crise reafirmando o subdesenvolvimento. In: LEONE, Eugenia Troncoso; PRONI, Marcelo W. Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 53-66.
- SOUZA, Nícia Raies Moreira. A inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho. 2ª Edição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.
- TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: Políticas de trabalho para os jovens no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34 n. 99 p. 353-371, 2020.
- UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. Direitos da população jovem: Um marco para o desenvolvimento. 2ª Edição. Brasília: UNFPA, 2010.

ANEXO A – TABELAS 4094 DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE,
DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (MIL PESSOAS)

Trimestre	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
4º trimestre 2019	11903	915	3859	4280	2553	296
1º trimestre 2020	13148	1000	4331	4616	2898	302
2º trimestre 2020	13228	733	4128	4892	3175	301
3º trimestre 2020	14598	735	4480	5472	3598	312
4º trimestre 2020	14412	854	4399	5454	3384	320

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

**ANEXO B – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS
PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)**

Trimestre	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
4º trimestre 2019	11,1	39,3	23,2	10,1	6,5	4,2
1º trimestre 2020	12,4	43,9	26,3	11	7,5	4,4
2º trimestre 2020	13,6	43,1	28,8	12,7	8,7	4,8
3º trimestre 2020	14,9	44,3	30,6	13,9	9,9	5,3
4º trimestre 2020	14,2	42,8	29	13,4	8,9	5,2
1º trimestre 2021	14,9	46,6	30	14,1	9,6	5,9
2º trimestre 2021	14,2	43,3	28,5	13,2	9,5	5,6
3º trimestre 2021	12,6	40,4	25,7	11,5	8,2	5,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

**ANEXO C – TAXA DE DESOCUPAÇÃO TRIMESTRAL, DA POPULAÇÃO ENTRE
18 E 24 ANOS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL (2014-2020)**

Trimestres	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
4º trimestre 2014	14,1	15,3	17,4	14,3	8,4	12,0
1º trimestre 2015	17,6	19,2	20,6	17,7	12,0	16,1
2º trimestre 2015	18,5	19,3	22,0	19,0	12,6	15,4
3º trimestre 2015	19,7	20,0	22,6	20,8	13,3	15,7
4º trimestre 2015	19,4	19,9	22,3	20,7	12,5	15,2
1º trimestre 2016	24,1	23,2	27,3	25,6	17,2	20,7
2º trimestre 2016	24,5	24,4	28,4	25,6	17,3	19,9
3º trimestre 2016	25,7	25,2	29,5	27,4	17,1	21,2
4º trimestre 2016	25,9	28,6	30,3	26,6	16,5	22,5
1º trimestre 2017	28,7	29,4	32,9	30,3	19,2	24,8
2º trimestre 2017	27,3	25,8	31,8	29,1	17,8	22,1
3º trimestre 2017	26,5	25,5	30,2	28,7	17,1	21,4
4º trimestre 2017	25,3	25,3	28,6	27,3	16,8	20,2
1º trimestre 2018	28,1	27,3	32,8	30,0	18,2	23,0
2º trimestre 2018	26,6	25,8	31,4	28,3	17,7	20,5
3º trimestre 2018	25,8	25,2	30,4	27,3	17,0	20,3
4º trimestre 2018	25,2	25,2	30,6	26,5	15,7	18,8
1º trimestre 2019	27,3	27,4	31,9	28,5	18,8	22,2
2º trimestre 2019	25,8	25,9	31,1	26,4	16,7	22,5
3º trimestre 2019	25,7	25,8	30,9	27,0	15,9	21,7
4º trimestre 2019	23,8	22,2	29,2	24,5	15,1	20,9
1º trimestre 2020	27,1	25,5	34,1	27,5	16,8	23,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

ANEXO D – TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO E DE SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS (%), NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 18 A 24 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO BRASIL. (2014-2020)

Trimestre	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
4º trimestre 2014	19,2	22,3	27,3	17,5	11,2	14,2
1º trimestre 2015	22,7	26,2	30,8	20,7	14,9	18,7
2º trimestre 2015	24,2	26,6	31,8	23,1	16,3	18,2
3º trimestre 2015	25,5	27,9	33,3	24,4	16,8	18,9
4º trimestre 2015	24,0	25,8	31,3	23,7	15,1	17,6
1º trimestre 2016	28,5	28,6	35,4	28,3	20,5	22,6
2º trimestre 2016	29,8	31,5	38,1	29,0	20,5	23,1
3º trimestre 2016	31,0	32,2	39,2	31,2	20,0	24,1
4º trimestre 2016	31,8	34,7	41,3	30,9	20,0	26,1
1º trimestre 2017	34,3	35,1	43,9	33,9	22,8	27,8
2º trimestre 2017	33,8	33,2	43,3	34,1	21,6	25,9
3º trimestre 2017	33,5	33,4	42,6	33,7	21,9	25,4
4º trimestre 2017	32,9	34,0	41,6	33,3	21,3	24,3
1º trimestre 2018	35,1	35,8	45,0	35,2	23,0	26,9
2º trimestre 2018	33,9	34,3	43,3	34,1	22,2	25,1
3º trimestre 2018	33,3	34,2	42,4	33,5	21,6	25,3
4º trimestre 2018	32,8	34,2	43,8	32,1	20,3	24,2
1º trimestre 2019	34,7	35,9	44,4	34,1	23,8	27,2
2º trimestre 2019	34,0	35,1	44,7	32,9	22,5	27,7
3º trimestre 2019	33,5	34,5	44,3	33,0	20,8	26,0
4º trimestre 2019	31,2	30,9	42,3	30,3	19,6	25,0
1º trimestre 2020	34,0	34,3	46,0	32,6	21,6	27,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral